

## Esperança, Fé e Caridade

Pedem-me os meus ilustres anfitriões um testemunho sobre a minha experiência de cidadã e de mulher católica praticante sobre as questões da fé. No fundo é porventura como se eu abrisse uma janela para o mundo e dissesse em voz alta como é a paisagem apercebida.

Mas certamente por ser ela tão feia, agreste e árida, viajarei por essa desolada geografia amparada em três pontos fulcrais que são as virtudes teologais, a Esperança, a Fé, a Caridade, isto é, aquelas que têm como objecto o próprio Deus. Daí serem o melhor ponto de partida e o mais luminoso farol.

É que as frases que constituem o título do painel contêm em si mesmas a negação e a afirmação de Deus. São contradições que provam quase por necessidade a existência de Deus e aquilo que Deus é e aquilo que Deus nos traz. A Esperança é a resposta divina ao cepticismo; a Fé é o seu recado para a incerteza; a Caridade, o seu desafio para o individualismo.

### 1. Esperança

A um primeiro olhar os dias que passam estão de tal forma ancorados no cepticismo, na descrença, no desespero, que parece quase estéril ou mesmo descabido falar de esperança.

E que nos surge de imediato como um dos factores desse cepticismo ou desse desespero? A lei da media, o poder da media, o fascínio da media, a tirania da media. De tal forma que é nesse império que vejo os motivos maiores desta descrença que tingem os dias. Pode parecer-lhes bizarro ser uma jornalista a proceder a tão veemente diagnóstico, mas é o meu. É o que faço e o que assumo, tendo porém obviamente presentes

algumas brilhantes exceções que mais não fazem infelizmente do que confirmar a regra. Mas para tornar mais claro este mesmo diagnóstico, peço-lhes paciência pois terei que viajar no tempo.

Na já longínqua década de 60 quando iniciei a minha actividade profissional na RTP tinha eu 17 anos, a televisão era um entretém, um factor de novidade e diversão. Um móvel pacato, pintado apenas a preto e branco. A minha geração lia, gostava de livros, frequentava livrarias, o cinema era solicitação permanente e recordemos o impacto que tinham na nossa formação e na nossa cultura, os cineclubes e os ciclos de cinema.

Por outro lado a casa era um lugar assente numa estrutura familiar sólida e de regras claras onde cada um, pais, avós e filhos desempenhava um papel. Não era como hoje, um local de passagem nem um dormitório mas uma rectaguarda onde entre outras coisas se conversava e onde havia quem lesse e contasse histórias. E a escola era o núcleo central de onde tudo irradiava. Todo este pano de fundo onde nos movíamos contribuía para a harmonia e o equilíbrio que amparava o nosso crescimento, fomentava um critério, armava uma exigência. Neste contexto, a televisão era uma entre outras solicitações. E até pelo facto de a informação que nos facultava o antigo regime ser em si mesma suspeita, isso mesmo nos estimulava a ser mais exigentes na nossa curiosidade, mais críticos e mais criteriosos.

Dando agora um salto para o que nos interessa – os tais dias que passam – que vemos?

Vemos que como desapareceram todos os outros factores de educação e de cultura e como as famílias estão agonizantes, desamparadas, desfeitas ou assumiram novas e ínvias formas, a televisão tornou-se o único alimento afectivo e único amparo intelectual dos jovens porque está sozinha e faz lei. O écran ocupa-lhes a cabeça da pior forma numa escalada infernal de canais, parabólicas, vídeos e Internets. Vemos a realidade deformada pela media que dá como real, verosímil e certo, aquilo que só muito raramente o é. Vemos a anormalidade como regra e uma visão da vida e das coisas, pintada quase exclusivamente com as cores dos assassínios, do sexo, do terror, da violência glorificada. E tudo isto num cenário de pura concorrência a ver quem leva a melhor neste reino subvertido que não referencia nem a realidade nem a vida. Para já não falar que não se estimulam valores nem estéticos nem éticos, que há a tendência para tomar a excepção pelo todo, de onde resulta obviamente um quadro de padrões anormais. Conclusão: com raríssimas e honrosíssimas exceções, está assim criada uma habituação grosseira a algo que não é nem constitui a regra geral. E vou repeti-lo uma vez mais: a tal luta feroz pelas audiências

afasta automaticamente qualquer critério ou conceito pedagógicos. Além disto que não é pouco, a cada vez maior sofisticação dos códigos audiovisuais torna tudo cada vez mais redutor e simplificado. E finalmente uma última palavra neste diagnóstico sobre uma das causas mor – a meu ver – da desesperança: também não julgo que se aposte claramente numa boa informação. Senão, vejamos: toma-se por livre e boa uma informação que circula quase só pelo *fait divers*, pela criação dos factos políticos – esse incrível sub-produto da democracia – pelo grande espectáculo sempre superficial. E tomam-se os políticos por bobos da corte. E como são vistos e entendidos como tal, logo são ridicularizados, julgados, mas só raramente ouvidos naquilo que nos devia surgir como o essencial. Então como corresponder à chamada da esperança, entalados que estamos entre duas realidades – a falsa, veiculada pela media que tudo ocupa e nos é dada ver como a certa – e a outra, que está para além do império do mal e como tal nos deve convocar?

Onde ir buscar a esperança na redenção desta tão forte maré, continuando a cumprir e a trabalhar com um “estilo de vida cristão”, no meio deste incêndio? À convicção de que o mundo é melhor que isso, que a anormalidade não é a regra, nem a perversidade o tema. À certeza de que o efémero não terá a última palavra sobre o essencial nem que a sombra cobrirá de vez as alternativas. Parece pouco, pode parecer vago. Julgo que não. Assim sejamos capazes de levar esta esperança a bom porto.

## 2. Fé

Uma fé vital, deve levar-nos direitos “às duas cidades” que temos de servir, embora não de igual maneira mas junto das quais nos é exigido que testemunhem. Essas duas cidades de que nos falava Santo Agostinho e que séculos depois o Concílio Vaticano II foi buscar, exortando os cristãos a “desempenhar com zelo e fidelidade as suas tarefas terrestres, guiados pelo espírito do Evangelho.” E dessas duas cidades igualmente nos falou há meses a Carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa denominada “A Igreja na Sociedade democrática” que passo a citar:

“Todos os cristãos membros da comunidade dos crentes são simultaneamente membros da cidade dos homens onde com a força inspiradora da fé se devem empenhar no progresso da sociedade no seu conjunto.”

Julgo que servir a cidade dos homens – como nos pede e bem, o nosso dever de responsável cidadania – é fazê-lo sabendo antes do mais que há César mas que sobretudo há Deus. E que esse Deus não precisará

de excluir César, se justamente o coração praticar a fé, e houver tenacidade no espírito e lucidez na mente para não confundir os planos da arquitectura das duas cidades. Como é que isto se faz? Correndo o risco de parecer demasiado simplista direi que muito simplesmente se faz... com os olhos postos em Deus. Buscando no sopro do Espírito Santo a qualidade do nosso empenho e a força da entrega às múltiplas e tão diversas tarefas que nos são solicitadas. Servindo através desse inesgotável manancial que são os Evangelhos e procurando neles a orientação do melhor critério para melhor agirmos. Numa palavra, buscando no farol da cidade divina – essa a que pertencemos pelo baptismo que nos abriu a porta do reino de Deus – o melhor guia para os nossos passos. E embora esteja ciente de que é perigoso reduzir assim a densa complexidade das “duas cidades”, julgo apesar disso ser nesta total e permanente interacção entre as tarefas de Deus e as dos homens, na convocação das coisas – tão diversas – de uma cidade e da outra, que somos e nos realizamos.

Claro que no caso da minha profissão e pelo cru diagnóstico acima exposto, a empreitada não é fácil. Tudo desencoraja: os meios onde ando, o tipo de colegas que há, o destoar do coro geral, e *last but not least*, a pressão avassaladora do “politicamente correcto”. Mas tenho uma arma: como acredito – com fé mas sem caridade – que a moderna encarnação do demónio se executa justamente através do politicamente correcto, já sei que ele espregueia de todos os lados, ocupa tudo, é tentacular, e se desmultiplica. Saber isto, ajuda e muito. E depois, muito simplesmente, Deus pisca-me o olho e dá-me uma pequena dose de paciência para, ouvindo os outros repetirem mil vezes ao dia que sou reacionária, preconceituosa e *tutti quanti*, continuar apesar disso, a escrever sobre Fátima e as aparições, sobre esse homem providencial que é João Paulo II, sobre a nossa Igreja, sobre as coisas de Deus e os mistérios da fé. Sem vergonha e com gosto. Ou, no âmbito do meu trabalho profissional, continuar a convidar – porque não, afinal? – os meus múltiplos entrevistados a conversarem comigo sobre a sua relação com o transcendente e a falarem-me – se assim o quiserem, obviamente – de Deus.

Eis o que talvez seja um possível exemplo da interacção entre a cidade dos homens e a cidade de Deus.

### 3. Caridade

Na sua 1ª Carta aos Coríntios S. Paulo alertava-nos para o supremo valor da caridade. Supremo e igualmente absoluto. Este apóstolo que afirmava de si mesmo “eu combati o bom combate” e que foi porventura o

mais brilhante e esclarecido dos combatentes da fé dizia-nos assim: “Ainda que eu distribua todos os bens e entregue o meu corpo para ser queimado, senão tiver caridade nada sou.”

Ora bem ei-lo no cerne, no fulcro, no centro, de onde tudo irradia. Mas apesar de ser a caridade esse ponto e esse centro, reparem como este específico tempo que passa, quase parece que se deixou de fazer caso dessa virtude maior. É que se também repararem parece que a caridade foi hoje amplamente trocada pela solidariedade social. É ela que enche os discursos dos políticos, as agendas da media e os gestos de muitos. De tal modo que se teme – eu temo – a total substituição de uma pela outra, apagando na consciência dos homens o significado intrínseco do valor da caridade. A solidariedade social é tecnocrática, é técnica, contabiliza-se. E contabiliza-se porque se pensa quanto se dá e como se dá e para que se dá. A semente destas dádivas não é plantada nesse grande solo da caridade, não. Ela sai das contas dos Orçamentos Gerais do Estado, dos orçamentos dos ministros, de múltiplos institutos e por aí fora.

E quando por vezes vejo a Igreja a também enfatizar e com contentamento os feitos e as contas da solidariedade social temo que ela se distraia e atrás dela, nós todos ou pelo menos eu própria: é que não é nada a mesma coisa. A caridade é absoluta e por isso entronca na árvore da disponibilidade e da dívida total não me parecendo assim ser passível de contas de multiplicar ou dividir.

A propósito – e para terminar esta tão já longa arenga – evocarei aqui dois casos que ilustram melhor que as minhas palavras o que pretendi dizer: a parábola do Rapaz Rico e a história da Viúva Pobre. Se alguém se tivesse lembrado poderia naquele tempo ter chamado solidário ao rapaz rico da parábola de que nos fala S. Mateus. O rapaz rico media o que dava e ficava contente consigo próprio porque dava o supérfluo. Mas um dia quando Cristo lhe disse “vai e vende tudo o que tens e dá-o aos pobres” o rapaz rico ficou contristado e não agiu assim. Fez contas, pôs a caridade entre-parêntesis e continuou provavelmente pela vida fora a ser solidário.

Ao contrário, a Viúva Pobre que nos é trazida por S. Marcos, pôs em prática a caridade, viveu-a e interpretou-a com um grau de exigência total: não tendo quase nada ofereceu esse “quase” que era o tudo que possuía. O que separa o Rapaz Rico da Viúva Pobre chama-se belamente caridade.

Perceber isso é ter já andado metade do caminho. A outra metade é o que nos cumpre a nós católicos, continuar a andar. Muito obrigado.